

Guerra e morte. Uma leitura psicanalítica¹

Gley P. Costa²

Guerra e morte são duas palavras inseparáveis.

A morte é a consequência inevitável e sombria da guerra, não apenas de seres humanos, por certo a mais importante, mas também dos valores humanos e do patrimônio artístico e cultural da humanidade.

Então, por que a guerra, perguntou Einstein a Freud em 1932, há 90 anos, gerando uma correspondência que se tornou famosa (Freud, 1933/1976).

Freud discorre sobre a dificuldade de aplacar a impulsividade agressiva de um ser humano contra outro ser humano e fazer predominar a força unificadora de Eros. A psicanálise, diz Freud, não se envergonha de aliar-se à religião quando ela propõe: “Ama o próximo como a ti mesmo” (p. 205). Mas vê-se obrigada a reconhecer que é uma coisa mais fácil de se pedir do que se realizar.

Qual seria essa razão que se opõe a todas as lógicas?

O psicanalista argentino Arnaldo Rascovsky, nos anos 70, apresentou estudos de história e antropologia que, aliados aos profundos conhecimentos da teoria psicanalítica, resultaram numa evidência aterradora para a humanidade: a necessidade de perpetuar nas guerras o sacrifício humano original, mais especificamente, a imolação dos filhos. Entre as inúmeras publicações de Rascovsky sobre o tema do filicídio, destaca-se o livro *La matanza de los hijos*, de 1970.

Recentemente, publiquei no *Jornal Zero Hora* (Costa, 2022, p. 21), de Porto Alegre, um artigo cujo título repete a pergunta de Einstein: “É possível acabar com as guerras?”

¹ Palestra apresentada na Sociedade Brasileira de Psicanálise de Minas Gerais, em 27.08.2022, na atividade da Diretoria Científica intitulada Intercâmbios Psicanalíticos de 2022. Homenagem aos 90 anos da correspondência Einstein-Freud.

² Médico psiquiatra e psicanalista, membro fundador e titular com função didática da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre, professor da Fundação Universitária Mário Martins, autor de livros de psicanálise.

Relato que Paul Newman teria escondido o filho para fugir da convocação que o levaria a combater no Vietnã. Dessa forma, o ator evitou entregar o filho para matar e morrer por decisão de um governante. Uma demonstração de genuíno amor paterno, o qual, se copiado por todos os pais, inviabilizaria a realização das guerras, pois não haveria combatentes. Contudo, os povos e as nações, mesmo as mais desenvolvidas, de tempos em tempos oferecem uma parcela expressiva dos mais jovens para ser imolada na pira sacrificial das guerras.

Os pais não somente elegem os tiranos que fazem a guerra como também subsidiam os arsenais para os quais é direcionada grande parte dos impostos, em detrimento da saúde, da educação e do bem-estar do povo. É provável que a maioria desconsidere essa ideia sob o argumento de que precisamos estar preparados para nos proteger de uma eventual violação da nossa soberania. Não obstante, esse é um raciocínio primitivo de solução de conflito que despreza as potencialidades amorosas e criativas do ser humano, as quais trabalham no sentido de aproximar as pessoas muito além de suas naturais diferenças.

Ao mesmo tempo, a história mostra que os preparativos para a guerra aumentam a beligerância e isso em si mesmo conduz à guerra, cuja verdadeira razão jamais revelada é o extermínio humano.

Encontraremos um meio de aplacar essa violência primordial que leva à desumanização periódica da espécie?

Será que a relação amorosa pai-filho algum dia se imporá ao absurdo da guerra?

Por último, o risco da guerra nuclear, que volta a nos assombrar, conseguirá engendrar um aumento do amor capaz de evitar a destruição de tudo e de todos?

O temor dessa destruição foi vivido intensamente pela minha geração com a Guerra Fria.

Em 1986, me filiei à *International Physicians for the Prevention of Nuclear War*, cujo presidente era o médico americano Bernard Lown que, junto com o também médico da União Soviética Evgueni Chazov, recebera o Prêmio Nobel da Paz de 1985. Tendo como colaboradores esses dois Prêmio Nobel da Paz e um grupo de psicanalistas, de diferentes partes do mundo, publiquei pela Editora Imago, em 1988, o livro *Guerra e morte*, que teve uma grande repercussão.

Entre esses psicanalistas, destacava-se o já citado Arnaldo Rascovsky e Hanna Segal, que publicara recentemente o artigo, que se tornou conhecido internacionalmente, intitulado *O silêncio é o verdadeiro crime*, no qual refere:

Quando olhamos sobriamente, por mais difícil que seja fazê-lo no momento, a corrida armamentista e a ameaça de guerra nuclear, observamos um fenômeno que se assemelha mais a um cenário surrealista, um pesadelo insuportável ou uma psicose, do que a um mundo sadio. (Segal, 1987/1988, p. 204)

As palavras finais desse longo e lúcido artigo parecem ter chegado aos colegas que conceberam a realização deste evento, pois o que elas dizem é o seguinte: “Nós, psicanalistas, que acreditamos no poder das palavras e no efeito terapêutico de verbalizar a verdade, não devemos permanecer em silêncio” (p. 217).

Os horrores proporcionados pela Segunda Guerra Mundial, culminando com a explosão da bomba atômica, levaram até os mais céticos a imaginarem que os povos, ressabiados, procurariam encontrar formas mais civilizadas para resolver a suas questões, mas a realidade tem nos mostrado exatamente o oposto.

Lá em *Guerra e morte*, eu denunciava que, desde a Segunda Guerra Mundial, a corrida aos armamentos havia dizimado mais de seis trilhões de dólares, correspondendo a um milhão de dólares por minuto em 1980. Mais do que isso: que o chamado “clube atômico”, formado pelos Estados Unidos, União Soviética, França, Inglaterra e China, possuía cerca de 50 mil armas nucleares.

Para cada um dos 5 bilhões de indivíduos existentes sobre a terra, encontrava-se estocado o equivalente a três toneladas de explosivos convencionais. Ao mesmo tempo, os recursos destinados à pesquisa médica para salvar vidas eram menos de um quinto dos aplicados no desenvolvimento de armamentos para matar. Para cada 100 mil pessoas, dispúnhamos de 556 soldados para matar e apenas 85 médicos para salvar.

Esse poder destrutivo, passados cerca de 30 anos, é ainda maior. Contudo, não devemos esquecer que uma guerra não se faz sem eleger governantes que desejem realizá-la, sem os recursos dos grupos econômicos, sem o apoio da população, sem o auxílio de cientistas da mais alta capacidade, sem médicos, sem engenheiros e, principalmente, sem a concordância dos pais de que os seus filhos, na flor da idade, devem matar e morrer sem razão.

Como acentuou Einstein, necessitamos modificar substancialmente a nossa maneira de pensar se quisermos que a humanidade sobreviva. Não podemos fugir à realidade de que, quando duas grandes potências tentarem destruir uma a outra, unirão suas forças para destruir todos os seres vivos que habitam este planeta.

O psicanalista e escritor gaúcho Cyro Martins postulou que nós psicanalistas, côncios do que ocorre dentro e fora do nosso país, não podemos permitir, sem protestar, que se estabeleça um fosso entre a história e a psicanálise. Falando e escrevendo fora dos nossos consultórios, sem idealismos inócuos, enfatiza Cyro, talvez possamos contribuir para livrar o homem da crença da fatalidade do destino. Ele pensava que a psicanálise, como instituição científica internacional, além de sua função terapêutica precípua, tem outra, mais abrangente, que a complementa: a função social de prevenir os homens a propósito das armas destrutivas que dispõem, postas à serviço de seus impulsos agressivos.

Como me honra hoje a Sociedade Brasileira de Psicanálise de Minas Gerais, honrou-me no passado o mestre e amigo Cyro Martins com as seguintes palavras por ocasião do lançamento do livro *Guerra e morte*:

A iniciativa do Dr. Gley de publicar um livro sobre a realidade da guerra e da morte, em colaboração com conhecidos autores de diversas partes do mundo, é um comovente exemplo de integração da humanidade em defesa dos seus direitos de sobrevivência. (Martins, 1988, p. 14)

Palavras, como eu disse, de um amigo.

A amizade mobiliza nossas capacidades amorosas.

É disso que precisamos entre os povos: amizade e não beligerância.

No contexto da essência das guerras, que é a destrutividade humana, pura expressão da pulsão de morte, cabe incluir o terrorismo: uma guerra não declarada.

Sob os escombros de 11 de setembro de 2001, ocorreu um inusitado diálogo sobre esse acontecimento entre dois fulgurantes pensadores da atualidade — o alemão Jürgen Habermas e o francês Jacques Derrida — transcrito no livro *Filosofia em tempo de terror* (Borradori, 2004). A principal discussão deu-se em torno do Iluminismo, que representou a afirmação da democracia e a separação entre poder político e crença religiosa, valores que constituíram o centro da Revolução Francesa e da Guerra da Independência norte-americana.

No debate, Habermas exaltava a tolerância, o grande legado do Iluminismo, Derrida, opostamente, rejeitava-a.

Derrida via na tolerância uma matriz marcadamente cristã, um gesto superior, paternalista, em que o outro não é aceito como um parceiro igual, mas subordinado, talvez assimilado e certamente mal interpretado em sua diferença. Nessa linha, a tolerância não seria nada mais do que uma caridade cristã. No lugar e em oposição à tolerância, Derrida aponta para o que é mais importante na ética e na política: a obrigação que, para ele, cada um de nós tem com o outro: a hospitalidade.

A hospitalidade pura ou incondicional não consiste nesse convite: “Eu convido-o, eu dou-lhe as boas-vindas ao meu lar, sob a condição de que você se adapte às leis e normas do meu território, de acordo com a minha linguagem, tradição, memória, etc.” (Borradori, 2004, p. 138). A hospitalidade pura ou incondicional, a hospitalidade em si, abre-se ou está aberta previamente para alguém que não é esperado nem convidado, para quem quer que chegue como um visitante absolutamente estranho, como um recém-chegado não identificável e imprevisível, em suma, totalmente outro.

O endosso de Derrida (1992) à hospitalidade, em lugar da tolerância, cabe registrar, é uma reelaboração mais sofisticada de Kant, o filósofo-chave

do Iluminismo, que levantou pela primeira vez a questão da hospitalidade no contexto das relações internacionais.

Apesar dessa diferença, os dois filósofos sustentaram o caráter indispensável do fortalecimento das alianças continentais e a necessidade de uma lei internacional para conter o pavor do terrorismo.

O ponto de vista de Freud, expresso em sua carta a Einstein, é parecido. Diz Freud: “A comunidade precisa se organizar de forma permanente, criar preceitos que previnam as temidas rebeliões, estabelecer órgãos que velem pela obediência às leis e cuidem da execução dos atos legítimos de violência” (1933/1976, p. 199).

Não obstante, Freud não via perspectiva de abolir as tendências agressivas do ser humano. Como explica: não se trata de eliminar completamente o instinto de agressão, porque também necessitamos dele, mas fortalecer o seu antagonista Eros. Tudo que produz laços emocionais entre as pessoas e promove a evolução cultural, enfatiza Freud, tem efeito contrário à guerra.

Contudo, esses dois fatores, aliados ao medo gerado pelas consequências da Primeira Guerra Mundial, não impediram que uma Segunda Guerra Mundial, ainda mais destrutiva, viesse a acontecer alguns anos mais tarde, frustrando a expectativa que Freud demonstrou em sua carta a Einstein.

Portanto, a pergunta que se impõe, lamentavelmente, continua sendo a mesma:

O que podemos fazer para acabar com a guerras?

Referências

Borradori, G. (2004). *Filosofia em tempo de terror: Diálogos com Habermas e Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Costa, G. P. (Org.). (1988). *Guerra e morte*. Rio de Janeiro: Imago.

Costa, G. P. (2022, 12 de abril). É possível acabar com as guerras? *Jornal Zero Hora*, p. 21.

Derrida, J. (1992). Force of law: The mystical foundation of authority. In D. Cornell, M. Rosenfeld, & D. G. Carlson, *Deconstruction and the possibility of justice*. London: Routledge.

Freud, S. (1976). Por que a guerra? (Einstein e Freud). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 22). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933)

Martins, C. (1988). Prefácio. In G. P. Costa (Org.), *Guerra e morte* (pp. 9-14). Rio de Janeiro: Imago.

Rascovsky, A. (1970). *La matanza de los hijos y otros ensayos*. Buenos Aires: Kargieman.

Segal, H. (1988). O silêncio é o verdadeiro crime. In G. P. Costa (Org.), *Guerra e morte* (pp. 204-217). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1987)

Copyright © Psicanálise – Revista da SBPdePA
Revisão de português: Mayara Lemos

Recebido em: 05/09/2022

Aceito em: 19/10/2022

Gley P. Costa
Rua Mariante, 288 / 1307-1308
90430-180 – Porto Alegre – RS – Brasil
E-mail: gley@terra.com.br